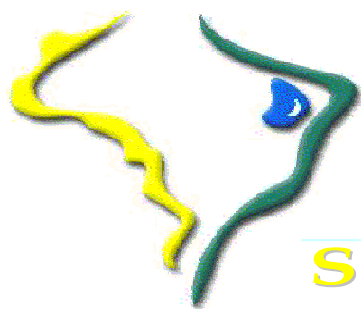


Governo do Estado da Paraíba
Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos
Hídricos e Minerais – SEMARH
Unidade Estadual de Gerenciamento do PROÁGUA



PROÁGUA
SEMI-ÁRIDO

RELATÓRIO FINAL DE CONSULTORIA

BANCO MUNDIAL



SRH/MMA

Márcia Araújo de Almeida
Consultora

Agosto/2005

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	3
2. INTRODUÇÃO	3
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	3
3.1 ELABORAÇÃO DO PROJETO PARA FORMAÇÃO DE UMA CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS DE ÁGUA NA PARAÍBA	3
3.1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	4
3.1.2 A CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DA BAHIA	6
3.1.3 UM EXEMPLO DE GESTÃO DESCENTRALIZADO NA PARAÍBA	8
3.1.4 CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS ADUTORES DO CARIRI E DO CONGO	10
3.1.5 PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS DE ÁGUA NA PARAÍBA	19
3.1.5.1 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA CENTRAL	19
3.1.5.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FUNCIONAL	20
3.1.5.3 ATRIBUIÇÕES DA CENTRAL.....	20
3.1.5.4 FUNCIONAMENTO DA CENTRAL E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	21
3.1.5.5 PROGRAMA DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO.....	24
3.1.5.6 ESTRUTURA DO ESCRITÓRIO PARA FUNCIONAMENTO	27
3.1.5.7 RECURSOS FINANCEIROS	27
3.1.5.8 SUGESTÃO DE ÓRGÃOS E PROGRAMAS FINANCIADORES	28
3.1.5.9 REDE DE INFORMAÇÕES ENTRE AS ASSOCIAÇÕES.....	28
3.1.5.10 PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
5. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	42
ANEXOS	43
ANEXO I – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE COXIXOLA - PB	44

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE COXIXOLA	9
FIGURA 2 - REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA ADUTOR DO CARIRI	11
FIGURA 3 – REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA ADUTOR DO CONGO	14
FIGURA 4 - CROQUI DA DISTRIBUIÇÃO DOS CHAFARIZES NAS ADUTORAS DO CARIRI E DO CONGO	18

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE RESIDÊNCIAS ATENDIDAS COM ABASTECIMENTO SIMPLIFICADO DE ÁGUA NAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE COXIXOLA	9
TABELA 2 - ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE COXIXOLA	10
TABELA 3 – NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS POR CHAFARIZES DA ADUTORA DO CARIRI, POR COMUNIDADE	12
TABELA 4 – NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS POR CHAFARIZES DA ADUTORA DO CONGO...	13
TABELA 5 – TABELA PARA CONTROLE DO PAGAMENTO DAS COTAS DOS USUÁRIOS.....	23
TABELA 6 – CUSTOS COM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O TREINAMENTO DO PESSOAL TÉCNICO DA CENTRAL	25
TABELA 7 – CUSTOS COM RECURSOS HUMANOS PARA O TREINAMENTO DO PESSOAL TÉCNICO DA CENTRAL	25
TABELA 8 – CUSTOS COM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA OS PROGRAMAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA	26
TABELA 9 – CUSTOS COM RECURSOS HUMANOS PARA A REALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA	26
TABELA 10 – ESTIMATIVA DOS CUSTOS PARA A INSTALAÇÃO DA CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES	27

RELATÓRIO FINAL Nº 4

1. IDENTIFICAÇÃO

- Consultora: Márcia Araújo de Almeida
- Contrato: Nº 011/2005
- Projeto: Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro - PROÁGUA
- Período de Referência: 25.06.05 a 31.07.05

2. INTRODUÇÃO

O presente relatório constitui-se em uma síntese dos trabalhos desenvolvidos, durante o período de referência acima citado.

As tarefas estão sendo executadas junto à SEMARH – UEGP/PB e o objetivo principal do contrato compreende o desenvolvimento de atividades de elaboração de um diagnóstico da situação atual das Associações de Usuários de Água no Estado, bem como a elaboração de Projeto para formação de uma Central de Associações de Usuários de Água na Paraíba.

As atribuições e responsabilidades para o período acima citado consta de:

- Elaboração de um Projeto para formação de uma Central de Associações de Usuários de Água na Paraíba.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1 Elaboração do Projeto para formação de uma Central de Associações de Usuários de Água na Paraíba

O relatório em andamento tem por finalidade propor a Criação de uma Central de Associações de Usuários de Água no Estado, com o intuito inicial de fortalecer as Associações de Usuários de Água existentes nas comunidades beneficiadas com os chafarizes dos projetos das adutoras do Congo e do Cariri, possibilitando maior participação, valorização e comprometimento das comunidades com o gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Neste relatório será relatada a criação da Central de Associações comunitárias para a manutenção dos sistemas de abastecimento de água na zona rural do Estado da Bahia. Também será mostrado um sistema de abastecimento de água simplificado existente na zona rural do município de Coxixola, no Estado da Paraíba, semelhante ao da Bahia, no qual toda a manutenção e gerenciamento do sistema são realizados pelas comunidades através de suas associações. Em ambos os casos, existem a cobrança pelo uso da água.

Neste relatório parcial ainda constará o objetivo geral e específico da

Central, sua estrutura administrativa e funcional, atribuições da Central e Funcionamento da Central e Organização dos Serviços.

3.1.1 Considerações Gerais

Os problemas ligados ao uso e ao manejo das águas têm levado a debates e inovações sobre o gerenciamento de recursos hídricos. Porém, os vários encontros internacionais sobre o assunto estabelecem as mesmas medidas que devem ser levadas em consideração para uma boa gestão desses recursos, as quais, entre outras estão: 1) uma visão abrangente de planejamento e gerenciamento que deve levar em conta os aspectos físicos, econômicos, sociais e ambientais; 2) a participação da sociedade nos processos de decisão e operação; 3) descentralização das decisões.

A Lei nº 9.443, de 08 de janeiro de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, levando os estados brasileiros a darem início à elaboração de suas respectivas leis referentes ao tema, tendo como princípios básicos:

- O gerenciamento por bacia hidrográfica,
- A água como bem econômico,
- A descentralização, a integração e a participação dos usuários no processo de gestão de recursos hídricos.

Em 1998, o Governo da Paraíba estabeleceu as bases institucionais para a execução do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro – PROÁGUA/Semi-árido, através da criação do Grupo Gestor estadual, inicialmente vinculado à Secretaria de Planejamento e, atualmente, à Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Minerais (SEMARH).

Com o apoio do PROÁGUA/Semi-Árido, a SEMARH tem direcionado todos os seus esforços no cumprimento da Política Nacional de Recursos Hídricos, com a preocupação de estimular a participação dos usuários de água na administração descentralizada, integrada e participativa das águas disponíveis no Estado, através do programa de incentivo à Criação de Associações de Usuários de Água.

A criação dessas associações abrangeu várias comunidades das bacias hidrográficas do Estado, englobando as comunidades beneficiadas com chafarizes do sistema adutor do Cariri e as comunidades que serão beneficiadas com chafarizes do sistema adutor do Congo, o qual encontra-se na fase final de execução (primeira etapa do projeto).

Essas associações além de terem recebido da equipe de técnicos da Semarh, todo o apoio para a sua implantação, foram capacitados para o manejo adequado do meio ambiente e dos recursos hídricos em geral.

Entretanto, é necessário dar continuidade ao processo, de forma a permitir a sustentabilidade dessas organizações. Atualmente elas apresentam carência de uma sistemática de programas de associativismo e de capacitação das atividades

desenvolvidas por elas (pesca e irrigação), conforme ressaltado no relatório de Diagnóstico da Situação atual das Associações de Usuários de Água, o qual é um dos produtos elaborado por este Consultor para o PROÁGUA. Além disso, com as dificuldades relacionadas à gestão, observa-se a necessidade de uma organização maior, que englobe todas as associações e coordene os trabalhos desenvolvidos por elas, inclusive na manutenção e gerenciamento de sistemas implantados (a exemplo dos chafarizes das adutoras do Congo e Cariri), garantindo a continuidade dos benefícios, além de apoiá-las com programas de associativismo.

O Governo do Estado está consciente de que somente com as Associações de Usuários de Água fortalecidas será possível administrar com eficiência os recursos hídricos do Estado.

Para fortalecer a gestão participativa das águas, centrada na parceria entre o Estado e a Sociedade Civil, propõe-se a criação de uma Central de Associações de Usuários de Água que coordene os trabalhos de forma eficaz das associações existentes e das que se formarem, assistindo-as no gerenciamento dos recursos hídricos, além de torná-las com maior representatividade para a aquisição de benefícios para as comunidades.

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), responsável pelo serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado, o qual inclui a operação dos sistemas adutores do Congo e do Cariri, tem demonstrado preocupação em relação ao fornecimento de água tratada através de chafarizes junto a comunidades rurais. Esse fornecimento sem nenhum tipo de controle e de pagamento poderá levar o usuário a usos indevidos e excessivos, o que poderia até chegar a comprometer o atendimento das demandas previstas no projeto. Além disso, a CAGEPA propõe a colocação de hidrômetros em todos os chafarizes atendidos pela adutora do Congo. Na adutora do Cariri já existem hidrômetros em quase 50% dos chafarizes, com previsão de também ser instalado nos demais.

A cobrança pelo uso da água é um dos instrumentos criados para se conservar a água e reduzir o consumo, o qual pertence à nova visão da Política de Águas no Brasil. Como um recurso limitado, a água exerce um importante papel no desenvolvimento econômico e social, impondo custos crescentes para a sua obtenção, tornando-se um bem econômico de expressivo valor. Segundo Campos e Studart (2003), a cobrança pelo uso da água é fundamental para a racionalidade de seu uso e conservação e instrumento de viabilização de recursos para seu gerenciamento. A cobrança vem sendo utilizada de forma crescente e com excelentes resultados na gestão descentralizada dos recursos hídricos de vários estados do Nordeste, a exemplo do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, em que é realizada inclusive a cobrança pela água bruta.

Portanto, tendo em vista o exposto acima e a importância das citadas obras das adutoras no Estado, como projeto piloto, propõe-se a criação de uma Central que reúna inicialmente as comunidades já beneficiadas e as que serão beneficiadas com chafarizes das adutoras do Cariri e do Congo, com o intuito inicial de fortalecer as Associações de Usuários de Água existentes e organizá-las para elas possam gerir de forma mais participativa e co-responsável os recursos

hídricos da região, implementando a tarifação da água.

Neste relatório será feita uma breve descrição da criação de uma Central de Associações Comunitárias no estado da Bahia, além de ser apresentado o funcionamento do gerenciamento de um sistema de abastecimento de água em comunidades rurais, realizado pelos próprios usuários, em um município do interior da Paraíba. Constará ainda neste relatório parcial a caracterização das adutoras do Congo e do Cariri, e uma proposta para a criação da Central de associações, com seus objetivos, estrutura administrativa, atribuições e funcionamento.

3.1.2 A Central de Associações Comunitárias da Bahia

A Central de Associações na Bahia surgiu a partir da necessidade da população rural de se organizar com o objetivo de administrar as obras construídas pela Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB), que consistiu na implantação de sistemas de abastecimentos de água simplificado nas comunidades rurais, além de instalação de privadas higiênicas. As informações contidas neste relatório tiveram como base uma apostila com as informações da Central, elaborada pela própria Central.

O sistema inicial implantado, em 1992, constitui-se de 182 sistemas de abastecimento de água simplificado, além de terem sido realizadas melhorias sanitárias com a construção de 12.704 privadas higiênicas, beneficiando 41 municípios baianos, 76 mil pessoas, de 15 mil famílias. A execução do projeto foi iniciada em 1992, no qual foram investidos R\$ 19,1 milhões, sendo R\$ 11,7 milhões financiado pelo banco alemão KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau) e R\$ 7,4 milhões de contrapartida do Governo do Estado da Bahia. A segunda etapa do projeto iniciada em 1997, atendeu 45 localidades, distribuídas em 12 novos municípios que passaram a integrar o sistema, beneficiando 40 mil pessoas, de 8 mil famílias. O total de sistemas implementados foi de 14, totalizando um custo de R\$ 20,5 milhões, sendo R\$ 13,5 milhões financiado pelo KfW e R\$ 7 milhões de contrapartida do Governo do Estado da Bahia. Além das obras de abastecimento de água e melhorias sanitárias, foram realizadas ações de tratamento de esgoto unificado para as localidades atendidas.

A idéia inicial era que as associações locais gerenciassem esses sistemas, porém isso não foi o suficiente para garantir o sucesso do auto-gerenciamento dos sistemas implantados. Com as dificuldades relacionadas à gestão, surgiu a necessidade de criar uma organização supra comunidades, porém com um perfil semelhante, que coordenasse os trabalhos de manutenção dos sistemas implantados, garantindo a continuidade dos benefícios e ainda apoiando associações através de educação associativista. Com isso, em 1995 surgiu a primeira Central com sede no município de Seabra e em 1997, uma outra Central foi criada no município de Jacobina para administrar a segunda etapa do projeto.

A criação da Central na Bahia contou com um investimento do Banco Alemão KfW que repassou R\$ 2,2 milhões para a realização de treinamento e capacitação de técnicos, com o aproveitamento de mão-de-obra local, enquanto o

Estado da Bahia participou com investimentos no valor de R\$ 700 mil. Além do treinamento para os funcionários, esses recursos viabilizaram a construção da sede própria da Central, compra de equipamentos, implantação de sistema de comunicação, oficina e aquisição de automóveis.

A Central é constituída por assembléia geral, diretoria, conselho deliberativo e conselho fiscal. A diretoria é constituída por representantes das associações filiadas e o conselho deliberativo é formado pela diretoria, representantes da CERB, do banco KFW, prefeituras e comunidades.

Para financiar a manutenção dos sistemas de abastecimento de água filiados e os custos da Central, são cobradas tarifas dos usuários finais, conforme o volume de água consumido, medido por hidrômetros e destinados a um fundo administrativo da Central.

A tarifa foi estipulada de forma a custear a manutenção das instalações e a administração (inclusive pessoal) da Central. Os valores de energia elétrica e salário do operador são pagos separadamente conforme estabelecido pela associação, e em poucos casos são as prefeituras que pagam essas despesas. A tarifa considera um consumo mínimo de 10m³, com variações de valores para consumos superiores ao mínimo.

O faturamento é feito de forma descentralizada: a leitura do hidrômetro é de responsabilidade do operador e ao terminar, preenche os formulários e recibos juntamente com o tesoureiro da associação. Depois da distribuição dos recibos e recolhimento das taxas, o tesoureiro transfere à Central o montante destinado a manutenção do sistema e administração da Central. As associações ficam responsáveis pelo pagamento do salário do operador e da energia elétrica.

As comunidades que desejam se filiar a Central precisam concordar com a instalação dos hidrômetros e com o pagamento das tarifas. A eficiência da arrecadação é de 93%. A associação ao se filiar também se compromete em pagar uma taxa de R\$ 500,00 para contribuir com o fundo de reservas (destinado a financiar perfuração de poços, aquisição de equipamentos e peças de reposição).

A Central ainda conta com a parceria da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado da Bahia, para financiar a implantação de sistemas de abastecimento rural para localidades com mais de 20 residências na área de atuação da Central, de modo que a operação e manutenção dos sistemas seja realizada pelas associações de usuários, devidamente assistida pela Central.

3.1.3 Um Exemplo de Gestão Descentralizado na Paraíba

No município de Coxixola, interior da Paraíba, assim como na Bahia tem-se um exemplo de gerenciamento descentralizado dos recursos hídricos por parte das comunidades organizadas em associações e a utilização da cobrança pelo uso da água como um instrumento eficiente para uso racional dos recursos hídricos e sustentabilidade do sistema lá implantado.

Em visita a comunidade, realizada nos dias 20 e 21 do corrente mês, pode-se observar essa realidade. As comunidades rurais encontram-se organizadas por

meio de associações para administrar o sistema simplificado de abastecimento de água existente na zona rural do município.

O município de Coxixola localiza-se no sertão do cariri paraibano, em uma região semi-árida, que apresenta escassez de chuvas. Encontra-se 254 Km da capital de João Pessoa. É o menor município da Paraíba, abrangendo uma área de 113,6 km², e possui uma população atual em torno de 3000 habitantes (dado extra oficial), sendo em torno de 60% da população reside na área rural.

O sistema de abastecimento de água atende 93% (noventa e três por cento) das comunidades rurais, e foi financiado com recursos da Prefeitura. Constitui-se basicamente de 7 (sete) estações elevatórias de água (Figura 1), com distribuição de água para as residências, por gravidade. Tem como fonte de abastecimento dois açudes, sendo um deles com capacidade de 2.900.000 m³ e poços que captam água do rio Sucuru, afluente do Rio Paraíba.

A operação e manutenção de todo o sistema são realizadas pela própria comunidade. Foi realizado um trabalho de mobilização junto às comunidades, as quais foram incentivadas a fortalecerem suas associações. Atualmente as comunidades estão filiadas a 4 (quatro) associações comunitárias. Essas associações são responsáveis pela determinação do valor da taxa a ser paga pelo uso da água e escolha dos operadores encarregados da leitura dos hidrômetros, distribuição dos boletos para o pagamento das taxas e manutenção do sistema. O pagamento é feito por parte dos moradores junto aos correios do município, no qual existe uma pessoa responsável pelo controle dos pagamentos e pelo repasse dos valores a uma pessoa de confiança da comunidade, o qual realiza a tarefa de pagamento da energia gasta para o abastecimento das comunidades, dos operados e de prestar conta junto às associações.

O treinamento para a leitura dos hidrômetros e manutenção das bombas foi realizado por uma pessoa da própria comunidade com capacidade para tal atividade. Problemas no sistema, relacionado a substituição da bomba, as comunidades contam o apoio da prefeitura.

Por não se tratar de água tratada, são feitas mensalmente coletas de água de todas as fontes que abastecem o sistema (açudes, poços), e enviadas para o Laboratório de Controle e Qualidade da Água no município de Monteiro para análise, e assim se fazer o controle da qualidade.

Os agentes de saúde do município realizam o trabalho junto às residências sobre a importância do tratamento caseiro da água. Além disso, orienta sobre os cuidados que deve existir com a água do açude para evitar a contaminação, além de uso racional da água, evitando o desperdício.

A secretaria de saúde registrou uma queda nos índices de doenças de veiculação hídrica, como diarreia (disenteria) e verminoses.

A taxa paga pela comunidade corresponde ao valor de R\$ 10,00 por 24 metros/mês. Ultrapassando a cota mínima, é cobrado R\$ 1,00 por cada metro. O não pagamento desta conta até 15 dias após o vencimento implicará em multas seguidas de corte do fornecimento, ao completar dois meses de inadimplência. Para a reativação do sistema, o usuário tem que pagar uma taxa de R\$ 24,00.

A população mostrou-se bem organizada e satisfeita, mesmo pagando pela

água bruta.



Figura 1 - Estação elevatória do sistema de abastecimento rural do município de Coxixola

Na Tabela 1 encontram-se as comunidades do município e a quantidade de residências atendidas. A Tabela 2 apresenta as associações existentes no município responsáveis pelo gerenciamento do sistema.

Tabela 1 – Número de residências atendidas com abastecimento simplificado de água nas comunidades do município de Coxixola

Comunidades	Quant./Residências
Barra do Rio	05
Campo do Valho de Baixo	28
Campo Velho de Cima	84
Matumbo	13
Serrote Apertado	44
Quixabas, Vibração e Mandacaru	67
Campo Redondo	22
Boa Vista	21
Total	284

Tabela 2 – Associações Comunitárias do Município de Coxixola

Associação	Comunidades Atendidas	Presidente
Associação do Campo Velho	Campo Velho do Baixo, Campo Velho de Cima, Campo Redondo, São Joãozinho, Salgadinho e Várzea Nova	Marcos Rodrigues Fone: 33061075
Associação dos criadores de Caprinos e Ovinos de Coxixola	Boa Vista I e Boa Vista II	Ronaldo Fone: 33061057
Associação Comunitária Quixaba I	Quixaba I, Quixaba II, Serrote Apertado, Água Doce e Viração	José Arimatéia Fone: 33061057
Associação Comunitária Cantinho e Currais Velhos	Cantinho, Currais Velhos e Lagoa de Cima	Damião Pereira Fone: 33061057

Durante a visita foi aplicado um questionário, elaborado pela consultora supracitada, junto a representantes das associações, funcionários e moradores de Coxixola, além do ex-prefeito do município, Givaldo Limeira, que foi o idealizador e responsável pela execução do projeto e pela organização das associações. O questionário encontra-se em anexo (Anexo I) e abrange os aspectos sobre o funcionamento do sistema, benefícios alcançados, problemas existentes e gerenciamento do uso dos recursos hídricos da região por parte da comunidade, o qual encontra em anexo.

3.1.4 Caracterização dos Sistemas Adutores do Cariri e do Congo

Adutora do Cariri

A adutora do Cariri abastece 8 núcleos urbanos (cidades e distritos) nas regiões do Cariri e Curimatau Paraibano (Boa Vista, Soledade, Juazeirinho, Cubati, Olivedos, Pedra Lavrada, São Vicente e Seridó). A obra foi inaugurada em 2002, construída com recursos do PROÁGUA/Semi-Árido, e que está sendo operada pela CAGEPA. O açude que abastece o sistema é o Epitácio Pessoa, localizado no município de Boqueirão e tem uma capacidade de 411.686.287 m³.

No início do plano (ano 2000), a população a ser atendida seria cerca de 47.000 pessoas, e para final de plano (ano de 2029), a estimativa é de aproximadamente 75.000 pessoas (Semarh/PróÁgua, 2003)

A Figura 2 representa o sistema adutor do Cariri, com a localização dos municípios beneficiados.



Figura 2 – Representação do sistema Adutor do Cariri

A adutora do Cariri beneficia 15 comunidades rurais com chafarizes. Essas comunidades encontram-se organizadas em Associações de Usuários de Água. Na tabela (Tabela 3) abaixo se encontra o número de pessoas beneficiadas por comunidades e municípios.

Tabela 3 – Número de pessoas atendidas por chafarizes da adutora do Cariri, por comunidade

Comunidade	População atendida	Município	Associação de Usuários de Água	Contato
Sítio Relva	250	Boqueirão	Associação Comunitária e de Usuários de Água do Relva	Narciso Fone: 3391-1431
Sítio Praia Nova	300	Cubati	Associação de Usuários de Água do Sítio Praia Nova	Lourival Fone: 3385-1057
Ilha Grande	800	Juazeirinho	Associação de Usuários de Água do Sítio Ilha Grande	José Juvino Fone: 3382-1082
Escurinho e da Mendonça Pista	800	Juazeirinho	Associação de Usuários de Água do Sítio Escurinho e Mendonça da Pista	Fernando Fone: 3382-1794
Antônio Ferreira	400	Juazeirinho	Associação de Usuários de Água do Sítio Antonio Ferreira	Ernandes Ferreira Fone: 3382-1387
Santa Luzia	250	Soledade	Associação de Usuários de Água do Sítio Santa Luzia	Martinho da Silva Fone: 3321-2780
Sítio Cardeiro	350	Soledade	Associação de Usuários de Água do Sítio Cardeiro	João Albuquerque Fone: 3383-1152
Sítio Manuel de Sousa	250	Soledade	Associação de Usuários de Água do Sítio Manoel de Souza	Januário Fone: 3383-1383
Sítio Açude	250	Soledade	Associação de Usuários de Água do Sítio Açude	Ronaldo Fone: 3383-1383
Fazenda Santana	300	Olivedos	Associação de Usuários de Água da Fazenda Santana	Maria da Paz Fone: 3333-2016
Sítio Aroeiras	250	Olivedos	Associação de Usuários de Água do Sítio Aroeiras	Marizaldo Fone: 3383-1000
Santa Cruz	350	São Vicente do Seridó	Associação de Usuários de Água do Sítio Santa Cruz	Josefa Bernardo
Alto do Umbuzeiro	300	São Vicente do Seridó	Associação de Usuários de Água do Alto do Umbuzeiro	Marlene Gonçalves
Sítio Bravo	400	Boa Vista	Associação de Usuários de Água do Sítio Bravo	Cláudia Ricardo Fone: 3349-1013
Malhada da Bezerra	300	Pedra Lavrada	Associação de Usuários de Água do Sítio Malhada da Bezerra	Maria José Fone: 3372-2361

Adutora do Congo

A primeira etapa do Sistema Adutor do Congo, encontra-se na fase final de construção e compreende o abastecimento de água tratada às populações das áreas urbanas dos municípios de Monteiro, Sumé, Serra Branca, São João do

Cariri e do distrito de Santa Luzia do Cariri. Os recursos investidos equivalem a R\$ 25 milhões, provenientes do PROÁGUA/Semi-árido e do Governo Estadual. No início do plano (ano 2000), a população a ser atendida seria de cerca de 47.000 pessoas, e para final de plano (ano de 2029), a estimativa é de aproximadamente 75.000 pessoas (Semarh/ProÁgua, 2003).

O sistema será abastecido pelo açude Cordeiro, localizado no município do Congo, cuja capacidade de acumulação é de 64.526.287 m³. O sistema compreende três ramais: o Ramal I, que interliga a captação à estrutura de chegada da Estação de Tratamento de Sumé e trata-se de uma adutora de água bruta. O Ramal II, de água tratada, atenderá os municípios de São João do Cariri e Serra Branca (e o distrito de Sta. Luzia do Cariri). O Ramal III é de grande importância para o município de Monteiro e interliga o “by-pass” da Estação de Tratamento de Sumé à Estação de Tratamento de Monteiro.

A Figura 3 representa o sistema adutor do Congo, com a localização dos municípios beneficiados.

A adutora do Congo beneficia 7 (sete) comunidades rurais com chafarizes. Essas comunidades encontram-se organizadas em Associações de Usuários de Água. A Tabela 4 apresenta a população beneficiada por comunidade e município.

Tabela 4 – Número de pessoas atendidas por chafarizes da adutora do Congo

Comunidade	População atendida	Município	Associação de Usuários de Água	Contato
Salão	300	Serra Branca	Associação de Usuários de Água do Sítio Salão	Joilto Fone: 3354-2081
Cantinho	400	Serra Branca	Associação de Usuários de Água do Sítio Cantinho	Josinaldo Fone: 3354-1213
Várzea Nova	280	Serra Branca	Associação dos Produtores Rurais e Usuários de Água do Sítio Várzea Nova	Reginaldo
Picoito	235	São João do Cariri	Associação de Usuários de Água do Sítio Picoito	Antônio Robério Fone: 3355-1040
Sítio do Meio	160	Monteiro	Associação de Usuários de Água do Sítio do Meio	Iraci de Lourdes Fone: 9999-4972
Pitombeira e Riachão	400	Sumé	Associação de Usuários de Água do Sítio Riachão e Pitombeira	Martinho da Silva Fone: 3353-2459
Oiti	115	Sumé	Associação de Usuários de Água do Sítio Oiti	Leônia Fone: 9902-0269

SISTEMA ADUTOR DO CONGO

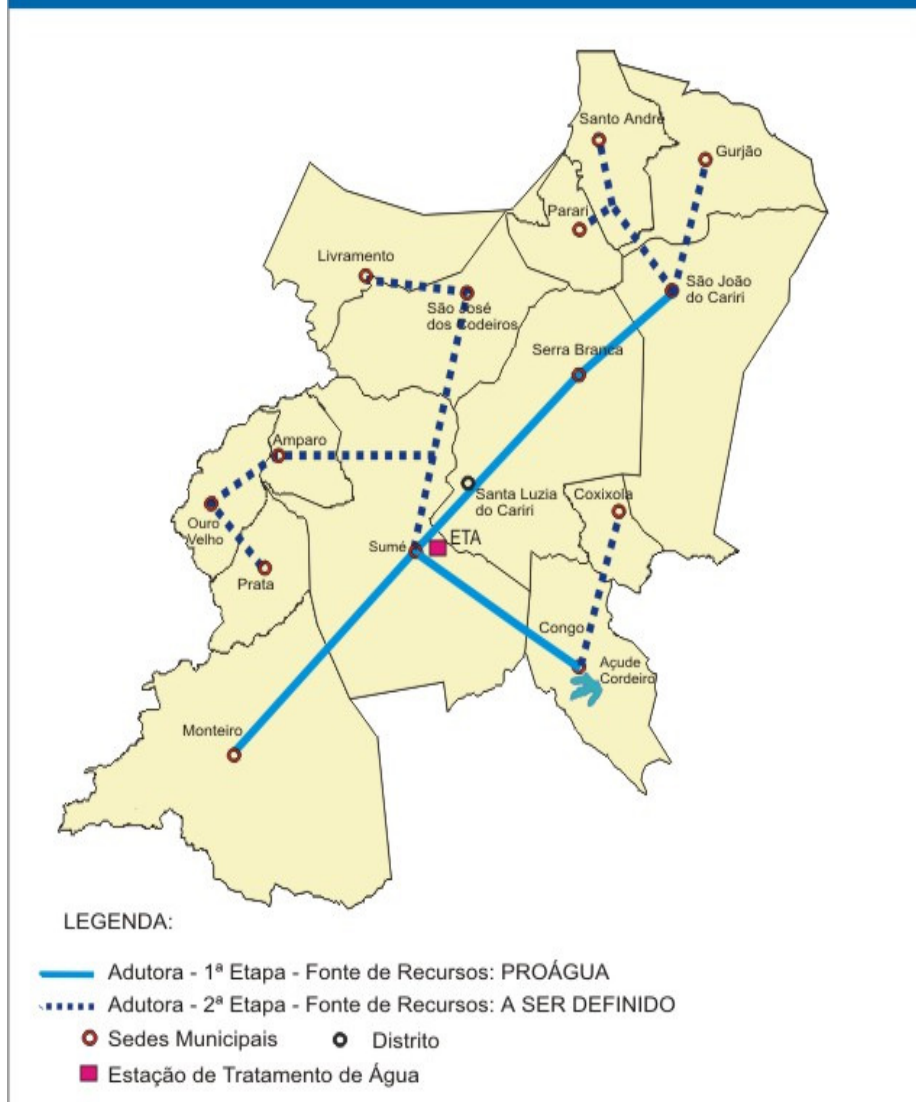


Figura 3 – Representação do sistema Adutor do Congo

O Relatório Final de Viabilidade da Adutora do Congo (SEMARH/TC/BR, 2000) expressa a necessidade de medidas de gerenciamento adequado da demanda, considerando que a situação crítica que ocorreu no reservatório do Cordeiro poucos anos atrás, originou-se da superoperação do reservatório associada ao longo período hidrológico desfavorável. Esse relatório, considerando a prioridade, que é o abastecimento humano, e tendo em vista o objetivo do empreendimento, que é garantir a oferta de água tratada à população da sede dos municípios abastecidos com a Adutora do Congo e as comunidades beneficiadas com chafarizes, propõe a título de conclusão:

- A racionalização dos usos para irrigação e lazer;

- A racionalização do consumo atual da água;
- A restrição à captação e expansão da irrigação na Região;
- O controle dos atuais usos da água para assegurar a compatibilização das demandas já estabelecidas, reduzindo desperdício e melhorando a eficiência;
- Desencadear um processo de recuperação dos volumes armazenados do Açude Cordeiro antes que possa operar normalmente e atender plenamente às demandas.

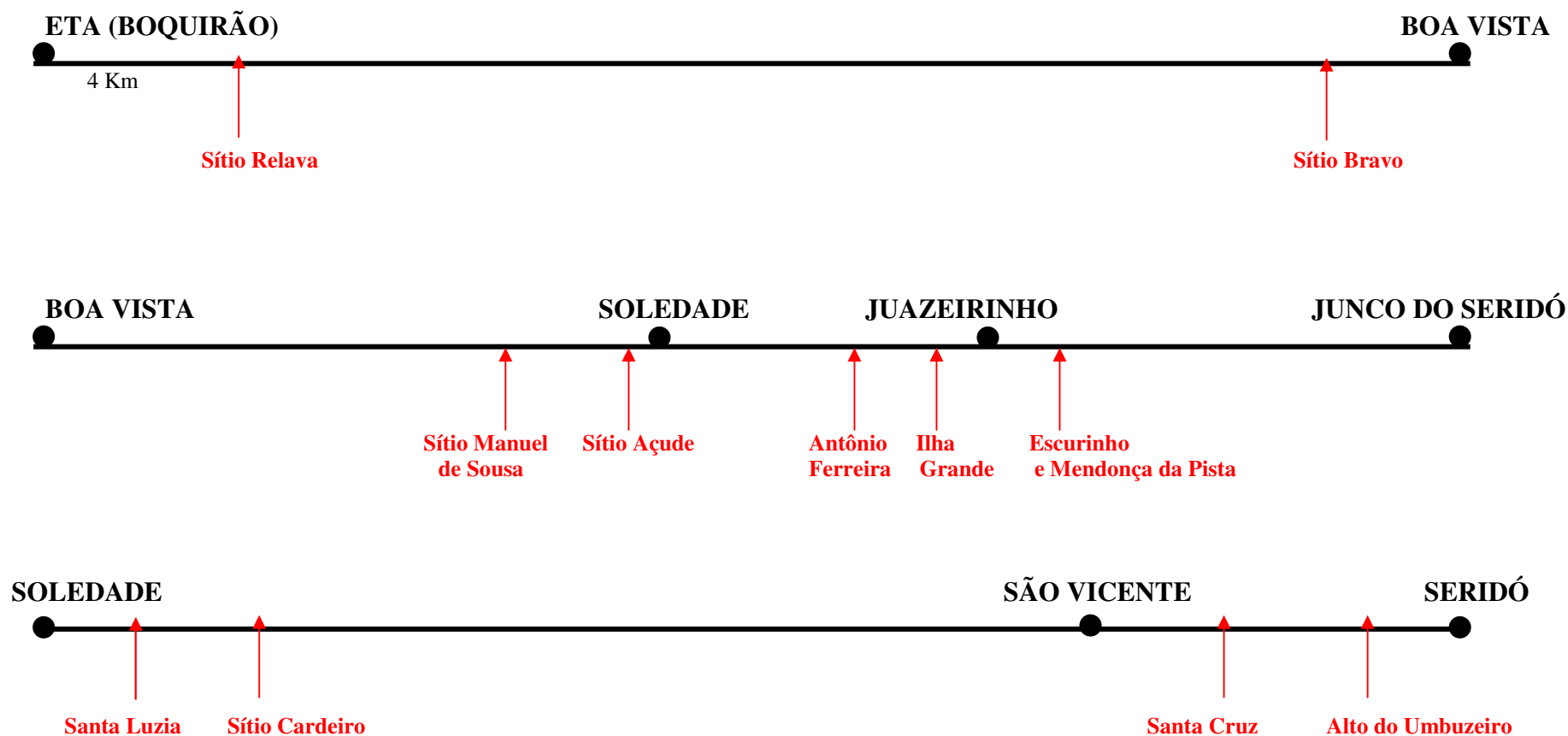
Para ambos os açudes, o Cordeiro e o Epitácio Pessoa, que abastecem respectivamente, as adutoras do Congo e do Cariri, deverá ser exigido dos atuais usuários uma racionalização no uso da água, além da necessidade de restrição à expansão da irrigação na região, assegurando assim, a sustentabilidade do sistema implantado.

Logo abaixo se encontra um croqui da distribuição dos chafarizes ao longo dos Sistemas Adutores do Cariri e do Congo. A indicação das comunidades a receberem os chafarizes foi realizada por técnicos da SEMARH. O Ramal I da Adutora do Congo não teve chafarizes locados por se tratar de água bruta (Figura 4).

COMUNIDADES E CHAFARIZES INSERIDOS AO LONGO DA ADUTORA DO CARIRI

OBS:

→ Comunidades onde os chafarizes foram instalados



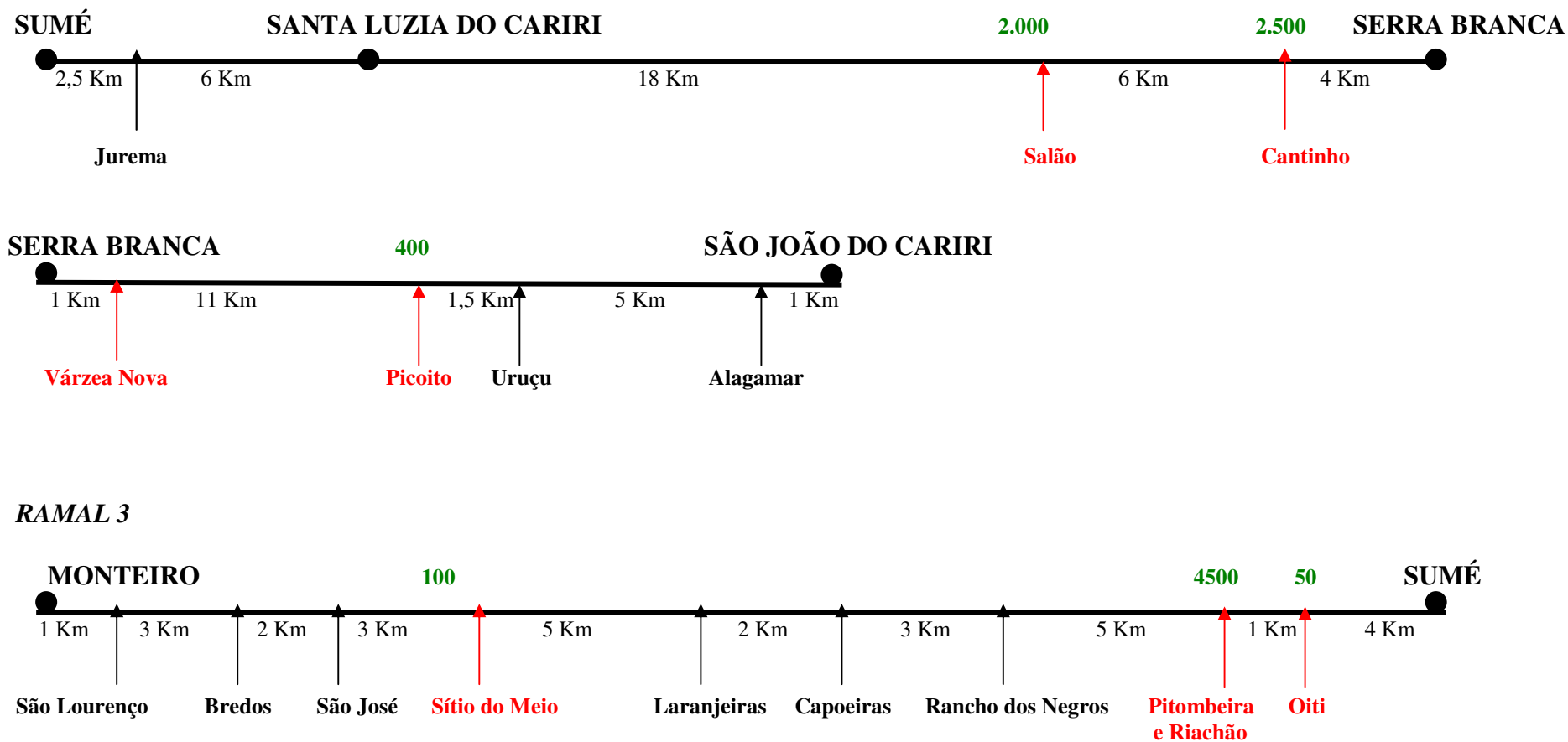


Figura 4 – Croqui da distribuição dos chafarizes nas adutoras do Cariri e do Congo.

3.1.5 Proposta para a criação de uma Central de Associações de Usuários de Água na Paraíba

A Central será uma entidade sem fins lucrativos, que funcionará na condição de associação, onde os usuários também serão donos da Central. Deverá atuar de forma auto-gerida e auto-sustentável.

Exercerá um importante papel no desenvolvimento e fortalecimento das comunidades rurais, trabalhando em parceria com as associações comunitárias, com as prefeituras dos municípios beneficiados e com o Governo do Estado.

Deve possuir uma equipe qualificada para atuar nas áreas técnica, administrativa - financeira e para capacitar as comunidades filiadas.

A Central atenderá inicialmente 12 municípios, englobando 24 comunidades, 22 associações de usuários de água e 22 chafarizes.

3.1.5.1 Objetivos Gerais e Específicos da Central

A Central tem por objetivo principal organizar as associações de usuários de água do Estado, inicialmente aquelas das comunidades beneficiadas pelas adutoras do Congo e do Cariri através de chafarizes, devendo ser uma entidade auto-sustentável, estabelecendo um sistema de tarifação pelo uso da água nesses chafarizes de modo a financiar a prestação de serviços de manutenção e fortalecer o gerenciamento descentralizado dos recursos hídricos por parte das associações.

Objetivos Específicos

- Estimular a efetiva participação dos usuários de água na operação e monitoramento dos chafarizes e dos açudes na comunidade;
- Conscientizar a população sobre os problemas hídricos da região, enfatizando a importância do serviço prestado que é o fornecimento de água tratada;
- Incentivar o controle dos usuários sobre as vazões a serem liberadas nos chafarizes, através da adoção de tarifas por cotas de água, visando a preservação dos recursos hídricos;
- Organizar as associações de modo que mantenham o bom funcionamento dos chafarizes, evitando vazamentos e cuidando da limpeza da área;
- Estimular a parceria das prefeituras locais e do estado para o desenvolvimento das ações educativas junto às associações.

3.1.5.2 Estrutura Administrativa e Funcional

Na condição de Associação, a Central deverá possuir um estatuto e regimento interno.

Será constituída por Assembléia Geral, diretoria, conselho deliberativo e conselho fiscal, onde:

- Diretoria: formada por representantes das associações filiadas.
- Conselho deliberativo: formado pela diretoria, representante das prefeituras e comunidades.
- Conselho fiscal: formado por seis membros (3 efetivos e 3 suplentes representantes das associações).

Em virtude das leis trabalhistas e dos custos envolvidos, o quadro de funcionários deverá ser mínimo, o que responderia instantaneamente nas tarifas da água.

3.1.5.3 Atribuições da Central

A Central terá as seguintes atribuições:

- a) Organizar as comunidades e mobilizá-las para gerir os chafarizes;
- b) implementar a tarifação das cotas individuais de água, em discussão direta com os usuários através das associações;
- c) capacitar os dirigentes das associações de usuários de água para conscientizar a população quanto à necessidade e importância da conservação dos sistemas, preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente em sua totalidade;
- d) Administrar o fundo para serviços como:
 - manutenção preventiva do chafariz;
 - manutenção corretiva do chafariz (bombas, hidrômetros e torneiras);
 - manutenção preventiva e corretiva de qualquer outro sistema de abastecimento que venha a ser implantado nas comunidades rurais associadas;
- e) manter banco de dados referente às informações de todas as associações filiadas;
- f) manter banco de dados financeiros das associações filiadas;
- g) manter cadastro dos hidrômetros dos chafarizes (comunidade, número);
- h) efetuar controle de consumo junto às associações;
- i) arrecadação de tarifas de água;
- j) efetuar pagamento (contabilidade);
- k) promover periodicamente treinamento para operadores e dirigentes das associações;
- l) monitorar o nível de satisfação de usuários e estabelecer critérios de

aperfeiçoamento;

- m) incentivar e apoiar as associações a buscarem financiamentos junto as Prefeituras e governos do Estado e Federal, para melhorias nas comunidades, a exemplo de sistemas simplificados de abastecimento de água e saneamento.

3.1.5.4 Funcionamento da Central e Organização dos Serviços

Receitas e Despesas da Central

A receita da Central deverá ser oriunda das contribuições dos usuários, obtidas pelo pagamento das tarifas das cotas de água.

As despesas da Central serão referentes ao deslocamento do funcionário as comunidades para a prestação de serviços, folha de pagamento, encargos, contas de aluguel, água, luz e telefone do escritório da Central e compra de peças e materias.

O funcionário da Central deverá ser capacitado para repassar as diretorias das associações os conhecimentos básicos de administração e contabilidade, além de treinar o operador responsável pelo bom funcionamento do chafariz.

Valor da água a ser cobrado

As associações ficam responsáveis ao pagamento das contas de água dos chafarizes a serem repassadas a CAGEPA (Empresa responsável pela operação do sistema de abastecimento de água do Estado, ao qual pertencem as adutoras do Congo e do Cariri).

O valor da água a ser cobrado pela CAGEPA, referente aos consumos registrados nos chafarizes deverá ser estabelecido em consenso entre a Central, representantes das associações beneficiadas e a própria CAGEPA, que deve levar em conta a situação existente nas comunidades, e o fato da água não chegar em suas residências como na zona urbana. Quanto ao repasse desses valores aos usuários será estabelecido entre eles junto a associação, com o apoio da Central. Essas tarifas poderão ser estipuladas por cotas d'água (latas de água) retiradas mensalmente por eles do chafariz.

O valor final da água para o usuário deverá custear além da conta de água a ser paga a CAGEPA, as despesas da Central, da qual os usuários também são donos. A contribuição a ser dada ao operador do chafariz, será estabelecida em consenso pelos associados e o pagamento fica por responsabilidade da associação.

Atribuições do Operador

Cada localidade, através da associação deverá escolher um operador, que treinado pela CENTRAL, e juntamente com a associação fará a administração

local do chafariz.

Esse operador ficará responsável por cuidar do bom funcionamento das torneiras e bombas, para evitar vazamentos, manter a limpeza da área, fazer a leitura do hidrômetro mensalmente para um controle da demanda, fazer o controle da distribuição das cotas de água no chafariz, fazer a cobrança junto às comunidades, além de repassar as informações para a diretoria da associação.

O controle da demanda pode ser feito pelo operador mensalmente através da leitura dos hidrômetros conforme um roteiro pré-estabelecido. Em seguida o operador transfere as informações para um formulário e determina o consumo pela diferença entre a leitura atual e a leitura anterior.

A manutenção preventiva é de competência dos operadores. Quando ocorrer algum problema maior (por exemplo, necessidade de substituição da bomba) que não possa ser resolvido pelo operador da associação, este fica responsável por acionar a Central e informar o problema ocorrido. Fica então a Central responsável de enviar um técnico para avaliação do problema e no caso se for de responsabilidade da operadora do sistema adutor (CAGEPA), a Central irá informá-la para que esta providencie a solução do problema.

Todo a solicitação de serviço feito a Central pela associação, deverá ter uma ordem de serviço emitida pelo presidente da Central e no mesmo formulário a diretoria da associação atestará o serviço executado. As despesas do serviço e os dados técnicos devem ser lançados no sistema de monitoramento da Central.

Sistema de Arrecadação e Faturamento

Tendo em vista que as próprias comunidades são responsáveis pela arrecadação das tarifas de água, implica que a estruturação do sistema de faturamento deve ser de fácil execução e controle.

Controle dos pagamentos

- a) o controle poderá ser realizado com distribuição de vales (“vales-água”) aos usuários pela associação, todos os meses;
- b) cada vale daria direito a um determinado número de latas de água, que o associado entregará ao operador na hora da coleta;
- c) a tarifa a ser paga seria equivalente ao número mínimo de vales mensal estabelecido entre eles;
- d) havendo a necessidade do usuário usar além da cota mínima, ele pagaria uma taxa diferenciada para aquisição de mais vales junto a associação;
- e) todo o controle dos vales e o recebimento das taxas poderá ser realizado pelo tesoureiro da associação junto com o operador.

A tabela abaixo (Tabela 5) serve de sugestão para o controle da associação dos consumos de água dos usuários e taxas pagas:

Tabela 5 – Tabela para controle do pagamento das cotas dos usuários

Nome da Associação					
Nome do usuário	Quant. de Vales (“vales-água”)	Equivalência em latas de água	Taxa a ser paga (cota mínima) (R\$)	Quant. vales excedentes	Taxa diferenciada (R\$)

- f) com uma tabela de controle semelhante a sugerida (Tabela 5), faz-se o recolhimento das tarifas a serem pagas pelos usuários em data estabelecida;
- g) recolhido os pagamentos, a associação realiza o pagamento da água a CAGEPA (conforme fatura emitida pela empresa mensalmente) e transfere o montante destinado a manutenção e administração da Central para a conta bancária da mesma. A contribuição a ser dada ao operador é de responsabilidade da associação;
- h) são enviados diretamente a Central todos os documentos necessários, inclusive cópias das contas de água pagas, consumos e controle do pagamento dos usuários, para que se possa efetuar uma boa fiscalização e controle do funcionamento dos chafarizes.

Todas as decisões para o funcionamento da organização como um todo deverá ser discutida em assembléia nas associações e lavradas em atas, para que toda a comunidade sinta-se co-responsáveis pelas decisões. A cobrança pelo uso da água deve ser realizada de forma a evitar a inadimplência, com cobrança de multas quando ocorrerem atrasos.

Os possíveis conflitos quanto ao uso da água deverá ser resolvido na própria comunidade junto à associação. A Central só deverá intervir no caso de conflitos que envolvam mais de uma associação.

3.1.5.5 Programa de Treinamento e Capacitação

Deverá existir um treinamento específico para a Diretoria e o pessoal da Central, além dos operadores e diretoria das associações para realizarem tarefas contábeis e administrativas, portanto o conteúdo dos treinamentos deve abordar:

Treinamento para o pessoal administrativo

- apoio organizacional aos grupos de usuários;
- noções de contabilidade;

- noções básicas de computação;
- banco de dados e monitoramento;
- faturamento e arrecadação.

Pessoal Técnico

- operação e manutenção dos sistemas;
- leitura dos hidrômetros e manutenção;
- execução de tarefas de manutenção preventiva e corretiva nos chafarizes;
- transmitir os conhecimentos adquiridos aos operadores escolhidos pelas associações.

Treinamento para os operadores dos chafarizes:

- leitura dos hidrômetros
- manutenção das torneiras e bombas e capacitação para possíveis substituições;
- manter a limpeza da área;
- não permitir a presença de animais na área dos chafarizes;
- não permitir que joguem lixo e embalagens tóxicas nas proximidades do chafariz;
- fazer o controle da distribuição de água;
- manter a higiene pessoal ao manusear os equipamentos.

O treinamento do pessoal técnico poderá ser realizado para todo o grupo no município onde ficará a sede da Central. Estima-se que poderá ser realizada em uma semana, implicando num custo total de R\$ 818,50, o qual apresenta-se detalhado nas tabelas abaixo (Tabela 6 e Tabela 7):

Tabela 6 – Custos com materiais e equipamentos para o Treinamento do Pessoal Técnico da Central

Material/Equipamento	Quantidade	Custo (R\$)	
		Unitário	Total
Cartilha	50 un	0,49	24,50
Papel A4	2 resmas	12,00	24,00
Caneta	50 un	0,40	20,00
Escarcela	50 un	0,30	15,00
Note book	1 un	-	-
Data show	1 un	-	-
Máquina Fotográfica	1 un	-	-

Total	83,50
--------------	-------

Tabela 7 – Custos com recursos humanos para o Treinamento do Pessoal Técnico da Central

Pessoal	Quantidade	N° de diárias	Custo (R\$)	
			Unitário	Total
Técnicos	3	5	49,00	735,00
Total				735,00

Programa de Mobilização junto às associações para a Criação da Central de Associações

A SEMARH, através de seus técnicos, já vem realizando programas junto aos usuários para a formação das associações de usuários de água do Estado, porém esse trabalho deverá continuar através de mobilização junto as associações mostrando os objetivos da Central e o seu funcionamento, além de abordar sobre a necessidade delas se organizem no intuito de implantar a Central de Associações, já que os usuários também serão donos da Central e responsáveis pelo seu funcionamento.

Programa de Educação Ambiental e Sanitária

É de extrema importância a realização de programas de Educação Ambiental e Sanitária junto às associações devido aos bons resultados alcançados até o momento, com a redução do número de doenças de veiculação hídrica nas comunidades trabalhadas, entre outros benefícios. Esse trabalho é realizado no Estado por uma equipe técnica da SEMARH, com o apoio do ProÁgua, podendo a Central buscar parcerias com o Governo do Estado para dar continuidade a esse programa nas associações filiadas.

Baseado no Programa de Educação Ambiental e Sanitária, elaborado pela consultora Déborah Trajano do ProÁgua, os conceitos a serem abordados são:

- Conceitos relacionados à saúde e aos hábitos de higiene, vinculados ao uso racional da água;
- Conceitos relacionados ao processo de captação, transporte, tratamento e distribuição de água;
- Água como bem público – os diversos usos, o combate ao desperdício, a importância da água na vida das pessoas e das comunidades, atitudes e hábitos que evitem a falta d'água;
- Doenças de veiculação hídrica – tipos e preservação;
- A importância da água tratada, preservação do meio ambiente e a conservação dos mananciais;
- A necessidade da organização comunitária que possibilite uma gestão participativa;

- O valor econômico da água.

Os programas de Mobilização e de Educação Ambiental e Sanitária implicarão em um custo estimado de R\$ 5.634,00, detalhado nas tabelas abaixo (Tabela 8 e Tabela 9).

Tabela 8 – Custos com materiais e equipamentos para os programas de Mobilização Social e de Educação Ambiental e Sanitária

Material/Equipamento	Quantidade	Custo (R\$)	
		Unitário	Total
Cartilha	3000 un	0,49	1470,00
Papel A4	5 resmas	12,00	60,00
Caneta	3000 un	0,40	1200,00
Note book	1 un	-	-
Data show	1 un	-	-
Máquina Fotográfica	1 un	-	-
Total			2730,00

Tabela 9 – Custos com recursos humanos para a realização dos programas de Mobilização Social e de Educação Ambiental e Sanitária

Pessoal	Quantidade	N° de diárias	Custo (R\$)	
			Unitário	Total
Técnicos	2	22	49,00	2156,00
Motorista	1	22	34,00	748,00
Total				2904,00

3.1.5.6 Estruturação do Escritório para funcionamento

Sugestão de Localização: Município de Boa Vista.

A localização do escritório da Central deve permitir o fácil acesso a todos os municípios atendidos com chafariz. Neste caso, o município de Boa Vista encontra-se no ponto central que divide para as duas adutoras: Cariri e Congo.

O local para o funcionamento da Central poderá ser alugado ou buscar o apoio da Prefeitura para ter sua sede própria funcionando em algum imóvel público do município que possa ser disponibilizado.

O escritório precisará ser equipado de forma adequada para a execução de sua função, contendo microcomputadores com impressora, linhas telefônica, fax, mobiliário de escritório e materiais (caneta, resmas de papel, envelopes, carimbos, papel timbrado, etc.).

3.1.5.7 Recursos Financeiros

Orçamento para a Criação e Despesas de Instalação

A Central de Associações poderá minimizar seus custos de instalação e funcionamento, obtendo área gratuita para se instalar, cessão ou doação de móveis, máquinas e materiais de escritório, além de conseguir que os associados executem tarefas voluntárias, dispensando a necessidade de se contratar empregados.

Porém, as despesas para a instalação da Central implicarão, aproximadamente, nos seguintes custos abaixo (Tabela 10):

Tabela 10 - Estimativa dos custos para a instalação da Central de Associações

Materiais	Unidade	Custos Total (R\$)
Microcomputador com impressora	1 unid.	2.500,00
Mesas	2 unid.	400,00 (2 unid.)
Cadeiras	6 unid.	540,00 (6 unid.)
Armário	1 unid.	400,00
Papel	5 resmas	50,00
Caneta, lápis, borracha, envelopes, carimbos	20 cada	50,00
Total		3.940,00

Estimativa de Custo para Funcionamento

Para o seu funcionamento, a Central precisará arcar com despesas referentes a aluguel, luz, água, telefone, folhas de pagamentos, encargos, deslocamento de técnicos as comunidades, impressos, materiais e peças de reposição quando necessário na manutenção dos chafarizes. Esses custos podem implicar, dependendo do número de funcionários, que deve ser no máximo dois, em torno de 1.000,00 a 1.500,00 reais por mês.

3.1.5.8 Sugestão de Órgãos e Programas Financiadores

A Central poderá funcionar com o apoio dos seguintes órgãos abaixo, além de buscar junto a eles, financiamento para projetos nas comunidades rurais, programas de educação sanitária e ambiental para os usuários, capacitação de pessoal e apoio na instalação do escritório da Central:

SEMARH - Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Minerais.

PREFEITURAS MUNICIPAIS - Prefeituras dos municípios atendidos pela Central.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

PROÁGUA - Subprograma de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro.

3.1.5.9 Rede de Informações entre as Associações

É interessante que exista uma rede de informações entre as associações de usuários de água que faça uso de tecnologia de comunicação e informação para facilitar o processo de coleta, armazenagem e troca de informações das associações, melhorando a integração entre as organizações.

A rede de informações poderá ser baseada na Internet de modo a permitir o acesso à informação e que favoreça a comunicação e a ação conjunta das associações filiadas a Central e permita o estabelecimento de parcerias entre as organizações atuantes nos municípios, nos quais localizam-se as associações.

A rede de informações terá como objetivo:

- Disponibilizar informações atualizadas sobre as associações filiadas a Central e sobre os cursos, programas e projetos a serem realizados nessas associações;
- Facilitar a comunicação entre as associações;
- Proporcionar condições para que as entidades dos municípios e do Estado atuem de forma integrada no apoio as associações de usuários de água.

A Central necessitará contar com uma equipe especializada para desenvolver a rede de informação, podendo buscar apoio a órgãos competentes.

3.1.5.10 Proposta de Regimento Interno

ESTATUTO SOCIAL

CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS DE ÁGUA DA PARAÍBA

Capítulo 01

DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1 - A CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS DE ÁGUA DA

PARAÍBA, fundada em _____, reger-se-á, pelo presente Estatuto Social, por um Regimento Interno e pelas disposições legais vigentes.

Art. 2 - A CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS DE ÁGUA DA PARAÍBA é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública.

Art. 3 - O prazo de duração da CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS DE ÁGUA DO ESTADO é INDETERMINADO.

Art. 4 - A CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS DE ÁGUA DA PARAÍBA tem sede, foro e domicílio na cidade de _____, podendo instalar representações regionais, de acordo com as necessidades e conveniências de seus associados.

Art. 5 - A CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS DE ÁGUA DA PARAÍBA tem por objetivos:

- a) colaborar com o poder público para o efetivo controle do fornecimento de água aos associados, em quantidade e qualidade compatíveis com suas necessidades;
- b) defender os direitos dos associados junto ao poder público, especialmente nas questões referentes ao atendimento de suas necessidades de água;
- c) fortalecer a organização, promovendo a efetiva participação dos seus associados em campanhas de educação, levantamento de dados e outras iniciativas do poder público, para gestão de recursos hídricos, na área de sua jurisdição;
- d) participar de campanhas educativas de preservação ambiental, promovidas na comunidade;
- e) participar da limpeza dos corpos d'água da comunidade, contribuindo para sua preservação;
- f) Estimular a efetiva participação dos usuários de água na operação e monitoramento dos chafarizes e dos açudes na comunidade;
- g) promover periodicamente treinamento para operadores e dirigentes das associações;
- h) arrecadação de tarifas de água;
- i) efetuar pagamento (contabilidade);
- j) monitorar o nível de satisfação de usuários e estabelecer critérios de aperfeiçoamento;

Capítulo 02

DA ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO

Art. 6 - Os órgãos de administração da Central de Associações são:

- I - ASSEMBLÉIA GERAL
- II - DIRETORIA
- III - CONSELHO DELIBERATIVO
- IV - CONSELHO FISCAL

Capítulo 03

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 7 - A assembléia geral é a instância máxima da Central de Associações para deliberação em todos os assuntos, sendo soberanas suas decisões.

Art. 8 – A assembléia reunir-se-á, ordinariamente, a cada _____ (_____) mês(es) e, extraordinariamente, sempre que for necessário, convocada na forma estabelecida neste Estatuto.

Art. 9 – Compete à assembléia geral ordinária, em especial:

- a) eleger e empossar os membros da diretoria e do conselho fiscal;
- b) estabelecer os valores das contribuições dos associados;
- c) apreciar e votar o relatório, o balanço e as contas da diretoria e o parecer do conselho fiscal;
- d) apreciar e votar o plano anual de trabalho elaborado pela diretoria;
- e) deliberar sobre a admissão de novos sócios.

Art. 10 – Compete à assembléia geral extraordinária:

- a) deliberar sobre a dissolução da Central de Associações e nesse caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;
- b) decidir sobre a mudança dos objetivos da Central;
- c) decidir sobre alterações de textos do Estatuto;
- d) autorizar a Central a contrair empréstimos e outras obrigações financeiras;
- e) decidir sobre a expulsão de associados do quadro social;
- f) outros assuntos de interesse da Central.

Art. 11 – É da competência da assembléia geral extraordinária a destituição de membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo único – Quando ocorrer destituição que possa comprometer a administração da Central, a assembléia geral extraordinária poderá indicar diretores e conselheiros fiscais provisórios até a posse dos novos, que devem ser eleitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, convocando-se imediatamente a nova assembléia geral extraordinária especialmente para esse fim.

Art. 12 – O “quorum” para a realização das assembléias gerais é de 2/3 (dois terços) do número dos associados, em primeira convocação, 1/3 (um terço) em segunda e 1/5 (um quinto) em terceira e última. Os associados devem estar em dia com suas obrigações com a Central.

Parágrafo Único – As deliberações em assembléia geral serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes, com exceção dos casos previstos no art. 10 – letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, em que é exigida a maioria de 2/3 (dois terços) de votos.

Art. 13 – As assembléias gerais serão convocadas pelo presidente, pelo conselho fiscal ou, ainda, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos, que indicarão a pauta.

Art. 14 – A assembléia deverá ser convocada com antecedência mínima de 07 (sete) dias, com aviso enviado aos associados e afixados em lugar público mais freqüentado e no “quadro de avisos” da sede da Central.

Art. 15 – Os trabalhos de assembléia geral serão dirigidos pelo presidente. Na sua falta ou impedimento, caberá à assembléia indicar um dos associados para dirigir os trabalhos.

Art. 16 – Todas as decisões das assembléias gerais deverão ser registradas em ata, a ser assinada por todos os presentes.

Capítulo 04

DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL

Art. 17 – A diretoria compõe-se de: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, e por um grupo auxiliar de chefes de departamento e coordenadores, que se julgue necessário criar.

Art. 18 – Os cargos eletivos da diretoria executiva e do conselho fiscal terão duração de _____ (_____) ano(s), permitida uma única reeleição para um mesmo cargo.

Parágrafo Único – Os titulares de cargos da diretoria executiva e do conselho fiscal, não terão qualquer remuneração da Central de Associações, sob qualquer condição, sendo os serviços prestados à entidade considerados como trabalho voluntário.

Art. 19 – Compete à diretoria:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente estatuto social, bem como as deliberações das assembleias;
- b) elaborar o plano anual de trabalho da Central, submetendo-o à apreciação da assembleia geral, inclusive as suas futuras propostas de alteração;
- c) adotar medidas para a execução do plano anual de trabalho, aprovado pela assembleia geral;
- d) propor a criação de departamentos, comissões e grupos de trabalho para ajudar a operacionalização dos trabalhos da Central, quando for o caso;
- e) propor à assembleia geral o valor das contribuições dos associados a Central;
- f) fixar taxas para cobrir despesas operacionais, quando for o caso;
- g) apresentar à assembleia geral o relatório anual e as contas do exercício financeiro, estas últimas a serem analisadas pelo conselho fiscal, cujo parecer a assembleia examinará e votará.

Art. 20 – A diretoria se reunirá ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, devendo lavrar em ata, num livro próprio, todas as decisões.

Art. 21 – Compete ao Presidente:

- a) cumprir e fazer cumprir os Estatutos;
- b) delegar poderes, e atribuições e/ou atividades;
- c) representar oficialmente e judicialmente a Central;
- d) autorizar os pagamentos e verificar freqüentemente o saldo de “caixa”;
- e) convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;

- f) assinar atas e outros documentos da Central;
- g) assinar, juntamente com o Tesoureiro, cheques, ordens de pagamento e outros documentos de natureza semelhante;

Art. 22 – Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.

Art. 23 - Compete ao 1º Secretário:

- a) substituir o Vice-Presidente nas suas faltas ou impedimentos
- b) lavrar as atas das reuniões da diretoria e das assembléias gerais, mantendo, os respectivos livros sob sua guarda;
- c) fazer a correspondência, os relatórios e outros documentos, mantendo-os ordenadamente arquivados;

Art. 24 – Compete ao 2º Secretário:

- a) Substituir o 1º Secretário nas suas faltas ou impedimentos.

Art. 25 – Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) substituir o 2º Secretário nas suas faltas ou impedimentos;
- b) arrecadar as receitas e depositá-las em banco, designado pela diretoria;
- c) elaborar e apresentar os balancetes mensais e o balanço anual da Central;
- d) efetuar os pagamentos autorizados pelo presidente;
- e) assinar, juntamente com o presidente, os cheques, ordens de pagamento e demais documentos de natureza financeira ou contábil;
- f) fazer a escrituração do livro-auxiliar de caixa, assinando-o e mantendo-o sob sua guarda;
- g) zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias e outras de responsabilidade da Central, quando for o caso;

Parágrafo Único – No caso de vacância do cargo de Tesoureiro, por prazo superior a 20 (vinte) dias, a diretoria decidirá sobre o seu substituto.

Art. 26 – Compete ao 2º Tesoureiro:

- a) Substituir o 1º Tesoureiro nas suas faltas ou impedimentos.

Art. 27 – O Conselho Fiscal será formado por 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes, eleitos para um mandato de _____ (_____) ano(s).

Parágrafo Primeiro – As reuniões do conselho Fiscal só poderão se realizar com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples.

Parágrafo Segundo – Em cada reunião, as decisões tomadas deverão constar de ata, a ser assinada por todos os presentes.

Art. 28 – Compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar todas as atividades da Central, examinando todos os documentos que julgar necessário;
- b) examinar e aprovar todos os balancetes mensais e emitir parecer sobre o balanço e o relatório anual.

Capítulo 05

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 29 - A Central de Associações terá um Conselho Deliberativo composto pela Diretoria e representantes das prefeituras e comunidades filiadas a Central.

Art. 30 - As reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo serão realizadas uma vez a cada 4 (quatro) meses por convocação do seu Presidente e, extraordinariamente, quando se tratar de assuntos de relevância.

Parágrafo Único: As deliberações serão tomadas com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos membros efetivos presentes nas reuniões, e as decisões serão tomadas por maioria simples e consignadas em ata no livro específico, com termo de abertura e encerramento, com a assinatura dos presentes.

Art. 31 - Compete ao Conselho Deliberativo

- a) apreciar e aprovar as diretrizes apresentadas pela Diretoria, a respeito da política geral estabelecida para o funcionamento da Central;
- b) acompanhar a execução do orçamento da Central de Associações;
- c) solicitar informações ao Conselho Fiscal e Diretoria, quando julgar necessário;
- d) solicitar esclarecimentos e, se for o caso, propor em Assembléia Geral, a suspensão de decisões da Diretoria, comprovadamente lesivos aos interesses dos associados.

Capítulo 06

DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 32 - Podem ser filiados à Central as Associações de Usuários de Água do Estado e que solicitem, por escrito, sua inscrição na entidade, subscrevendo o formulário próprio para esse fim.

Art. 33 - A exclusão do associado do corpo social da Central dar-se-á por:

- a) desfiliação, a pedido do próprio, por intermédio de carta solicitando ao Presidente seu desligamento da entidade;
- b) expulsão, decidida em assembléia geral, conforme disposto no artigo 15, parágrafo único.

Art. 34 - São direitos dos associados:

- a) gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pela Central;
- b) votar e ser votado para qualquer cargo eletivo;
- c) participar das assembléias gerais, discutindo e votando os assuntos de sua pauta;
- d) consultar todos os livros da entidade, quando julgar necessário, solicitando autorização para esse fim;
- e) solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da Central;
- f) propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento e desenvolvimento da Central;
- g) convocar assembléia geral e fazer-se nela apresentar, nos termos e nas condições previstas neste estatuto;
- h) desligar-se da sociedade, quando lhe convier, através de solicitação escrita.

Art. 35 - São deveres dos associados:

- a) observar as disposições estatutárias, bem como as deliberações tomadas pela diretoria e assembléia geral;
- b) respeitar os compromissos assumidos pela Central;
- c) contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para manter o bom nome da Central e trabalhar pelo seu fortalecimento;
- d) contribuir com as parcelas financeiras que a assembléia geral decidir serem

quotas de responsabilidade dos associados.

Parágrafo Único – Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações financeiras contraídas pela Central.

Capítulo 07

DAS RECEITAS E DESPESAS

Art. 36 - A vida financeira da Central orientar-se-á por orçamento elaborado e aprovado anualmente, na forma deste Estatuto, devendo os elementos constitutivos da ordem econômica financeira serem escriturados de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro - O exercício financeiro da Central encerrar-se-á no último dia útil de cada ano.

Parágrafo Segundo - Obriga-se a Central a aplicar seus recursos na manutenção, ampliação e modernização de suas estruturas, visando a consecução dos objetivos previstos no Estatuto.

Art. 37 - Constituem-se receitas da Central:

- a) contribuições e mensalidades pagas pelos associados;
- b) aluguéis, convênios, terceirizações e arrendamentos;
- c) rendas provenientes de realização de eventos;
- d) dividendos e lucros decorrentes de participações societárias em outras empresas;
- e) contribuições e doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas, órgãos públicos federais, estaduais e municipais; e
- f) outras rendas eventuais.

Art. 38 - Constituem-se despesas da Central:

- a) salários e outras vantagens pagos a empregados da Central;
- b) impostos, taxas e seguros;

- c) contribuições devidas e impostos pelas leis sociais, previdenciárias e outras;
- d) gastos de energia elétrica, gás, água, material de limpeza, expediente, escritório, deslocamento de operadores e de telefone;
- e) gastos com a manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis da Central.
- f) publicações de interesse da Central;
- g) gastos com construção, ampliação, modernização e adequação das dependências, constantes no orçamento anual; e
- h) outras despesas administrativas julgadas necessárias, a critério da Diretoria.

Capítulo 08

DO PATRIMÔNIO DA CENTRAL

Art. 39 - O patrimônio da Central de Associações será constituído por:

- a) móveis, implementos, máquinas e equipamentos que forem adquiridos ou obtidos pela Central;
- b) auxílios ou doações recebidos de qualquer entidade ou organização nacional ou estrangeira;
- c) receitas provenientes da prestação de serviços;
- d) contribuições dos próprios associados, estabelecidos pela assembléia geral.

Capítulo 09

DAS ELEIÇÕES

Art. 40 – As eleições para os cargos eletivos serão realizadas a cada _____ (_____) ano(s), no mês de _____.

Parágrafo Primeiro – O previsto neste artigo não se aplica aos casos de que trata o artigo 13 deste estatuto.

Parágrafo Segundo – O associado é considerado em dia se suas obrigações com a Central estiverem quitadas no mês anterior.

Art. 41 – Cada associado terá direito a um único voto e a votação será por voto secreto.

Art. 42 – Só poderão participar de chapas como candidatos, ou votar como

eleitor, os associados em dia com a Central, quanto a pagamentos e demais obrigações.

Art. 43 – Os membros eleitos para a Diretoria e o Conselho Fiscal, tomarão posse imediatamente, na mesma assembléia.

Art. 44 – O presidente afixará na sede da Central, no quadro de avisos e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes da eleição, os competentes editais de convocação, especificando a natureza da eleição, o local, dia e hora da sua realização.

Art. 45 – Com uma antecedência mínima de 25 (vinte e cinco) dias, a Diretoria criará uma comissão eleitoral, constituída de 3 (três) associados, não ocupantes de cargos eletivos nem candidatos a eles, com a finalidade de:

- a) elaborar as instruções gerais das eleições;
- b) elaborar os modelos das cédulas;
- c) organizar a mesa receptora e a junta apuradora;
- d) supervisionar a votação e a apuração dos votos;
- e) afixar o resultado das eleições e comunicar ao presidente da assembléia que a regularidade do processo eleitoral permite a
- f) imediata posse dos eleitos.

Art. 46 – Concluídos os trabalhos do pleito e entregues todos os documentos utilizados na eleição ao presidente da assembléia, fica automaticamente dissolvida a comissão eleitoral.

Capítulo 10

DOS LIVROS

Art. 47 – A Central deverá ter:

- a) Livro de matrícula dos associados;
- b) livro de atas de reunião da diretoria;
- c) livro de atas do conselho fiscal;
- d) livro de atas das assembléias gerais;
- e) livro de presença dos associados em assembléia;
- f) outros livros exigidos por lei.

Capítulo 11

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 48 – A Central deverá manter estreita colaboração com os poderes públicos, estabelecendo uma cooperação harmoniosa, objetivando sempre a defesa dos interesses dos seus associados e a preservação dos recursos hídricos.

Art. 49 – A Central deverá fazer-se representar nas campanhas desenvolvidas na coletividade, para as quais for convidada, que tenham por objetivo a melhoria das condições de vida da população local.

PRESIDENTE DA CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES

4.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório saber, observando os exemplos da Bahia e do município de Coxixola na Paraíba, citados neste relatório, que a parceria e o envolvimento da comunidade, associada a cobrança pelo uso da água são os melhores caminhos para a garantia da manutenção e do gerenciamento dos Recursos Hídricos de forma rápida e eficiente. Contudo, no relatório de Diagnóstico da Situação Atual das Associações do Estado da Paraíba ficou claro a necessidade de se fortalecer essas associações através de uma organização supra-associações, porém com um perfil semelhante, conforma a Central de Associações aqui proposta.

É importante também ressaltar os benefícios alcançados com os projetos de abastecimento de água simplificado em comunidades rurais. Esse tipo de abastecimento as comunidades carentes, diminui a incidência das chamadas doenças de veiculação hídrica, como gastroenterite, diarreias e cólera. Esses sistemas já se encontram implementados em outros estados do nordeste como o Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. Em todos os casos, a administração dos sistemas é realizada pela própria comunidade organizada em associações, assistidas por uma organização maior.

Nesta perspectiva, é importante que a Central de Associações busque sempre interfaces com os diversos setores governamentais para, numa ação conjunta, potencializar a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos e implementar programas e projetos hídricos trazendo melhorias para as comunidades rurais.

Márcia Araújo de Almeida
Consultora

5. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CAMPOS, N. e STUDART, T. M. C., 2003. A Cobrança pelo Uso da Água. *Gestão das Águas: Princípios e Práticas*. Porto Alegre: ABRH, 2003.

SEMARH/PróÁgua, 2003. Sistema Adutor do Congo – *Diagnóstico Referencial - Marco-Zero*.

SEMARH - TC/BR, 2000. *Relatório de Viabilidade da Adutora do Congo*.

Central de Associações Comunitárias de Seabre, 2002. *Apostila CENTRAL: Informações Gerais*. Seabra-Ba, 2002.

ANEXOS

ANEXO I – Questionário Aplicado nas Comunidades do Município de Coxixola - PB

Caracterização das comunidades

Local:

Distrito:

Município:

Estado:

Nº de Casas:

Número de Famílias:

Pessoas Residentes:

Número de casas com acesso direto à água (canos e torneiras):

Número de família que paga alguma tarifa pela água:

Atividades Exploradas

Tipo de criação:

Área Plantada:

Tipo de Plantação:

Recursos Hídricos da Comunidade:

Açudes:

Rios:

Poços:

Outros: (Dessalinizadores/abastecimento com Caminhões tanque/Cisternas/Cacimbas):

Uso dos Recursos Hídricos:

Abastecimento Humano:

Abastecimento animal:

Uso na Irrigação:

Piscicultura:

Outros:

Distribuição de água na Comunidade:

Rede Municipal:

Carro Pipa:

Chafariz:

Outros:

Associações:

O nome das Associações:

Presidentes:

Comunidades associadas:

Questionário para a análise do gerenciamento dos recursos hídricos realizado pelas comunidades de Coxixola.

1) Quantas comunidades são beneficiadas?

Onze comunidades: Barra do Rio, Campo Velho de Baixo, Campo Velho de Cima, Matumbo, Serrote Apertado, Quixabas, Viração, Mandacaru, Campo Redondo e Boa

Vista.

2) Existiu algum trabalho de conscientização ou mobilização para a formação de das associações com a finalidade de gerenciar o sistema de abastecimento das comunidades?

Sim, existiu uma mobilização para a implantação do sistema de distribuição de água nas residências rurais, com instalação de hidrômetros, cobrança pelo uso da água e gerenciamento e manutenção do sistema sendo feito pela própria comunidade.

3) Qual o total de número de pessoas atendidas?

Estima-se em torno de 1000 pessoas.

4) De que forma as associações interagem entre si?

Interagem por meio de um conselho (Grupo Unidade pela Cidadania), do qual os presidentes das associações fazem parte, além de reunir representantes de vários setores do município, onde discutem e tomam decisões em vários aspectos para o próprio município.

5) Receberam alguma orientação sobre educação ambiental e uso racional da água?

Toda a orientação é feita sistematicamente nas residências rurais por meio dos agentes de saúde comunitários.

6) A comunidade tem noções básicas sobre higiene e saneamento?

Sim.

7) Quanto ao açude que abastece o sistema, quais os usos das águas? É usada para a irrigação?

Consumo humano, dessedentação animal, pequena área irrigada, destinada a agricultura de subsistência e pesca.

8) Existe alguma fonte poluidora próxima ao reservatório?

Não

9) A retirada da água da fonte para diversos fins é controlada?

Sim, e isso é feito pela própria comunidade em assembléias mensais.

10) A água que abastece a comunidade não passa por nenhum tratamento?

Não, apenas por controle mensal através de análises em laboratório.

11) A fonte de água para consumo humano e animal é a mesma?

Sim, em determinado período do ano.

12) Não existe nenhuma cerca que proteja o reservatório?

Não.

13) Qual a fonte de abastecimento do sistema de abastecimento das comunidades rurais?

Poços, rio Paraíba (afluente Sucuru) e açudes.

14) Qual o tipo de sistema de abastecimento de água?

Por elevatórias e rede de distribuição de água por gravidade.

15) Qual a taxa paga pelos moradores?

10 reais por 24m de água/mês. Excedendo os 24 m, a água custa 1 real o metro.

Passando 2 meses sem pagar, a água é cortada e para 24 reais para ser reativado.

16) Quem financiou o projeto?

A prefeitura entrou com 1.300.000 reais (custo total do projeto), existiu apenas uma contra partida de 61.000 do Estado.

17) As associações entraram com algum recurso inicial?

Não.

18) A cobrança pelo direito a água é decisão de consenso na comunidade?

Sim.

19) O dinheiro arrecadado com a cobrança é revertido para manutenção dos sistemas de coleta/purificação/distribuição de água?

Sim.

20) Quem paga a taxa de energia de bombeamento de água?

A comunidade, através da taxa de água paga por eles (10 reais).

21) Quem paga os operadores?

Também a comunidade, a qual também elege seus colaboradores (operadores), por meio das associações.

22) De quem é a responsabilidade da manutenção preventiva?

A própria comunidade por intermédio de seus funcionários.

23) De quem é a responsabilidade da manutenção corretiva?

Quando a manutenção implica na substituição de uma peça de alto valor, ela é realizada pela Prefeitura da cidade.

24) Existi algum treinamento para os operadores do sistema?

Toda a orientação foi feita por uma pessoa da comunidade com capacidade para tal tarefa.

25) Existe algum curso de capacitação?

Não.

26) Existe um escritório para a realização dos serviços da de administração do sistema?

Existe a pessoa de confiança da comunidade que possui conhecimentos de informática e possui um computador em sua residência, ficando responsável em elaborar as faturas, fazer o controle dos recebimentos e realizar os pagamentos necessários (conta de energia e despesas com manutenção). Porém esta pessoa presta conta do balanço mensal às associações.

27) A água da fonte chega a todas as casas?

Apenas 7% da área rural não possui pontos de ligações domiciliares de água.

28) A água da fonte é coletada manualmente?

Não, por meio de bombeamento e gravidade.

29) Existe risco evidente de contaminação da água durante a coleta e o transporte?

Não

Obs: As respostas do questionário correspondem àquelas obtidas dos entrevistados, as quais foram as mesmas: